

O HISTORIADOR E OS ARQUIVOS HISTÓRICOS: UM DEPOIMENTO PESSOAL ¹

Caio Boschi²

RESUMO: O texto relata a experiência do *Projeto Resgate*, que é uma proposta de microfilmagem da documentação sobre o Brasil existente em arquivos do exterior, incluindo o Arquivo Histórico Ultramarino. Essa experiência possibilita reflexões sobre a relação entre História e Informática, sobre o sentido da informatização da documentação para o trabalho do historiador.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Informática.

ABSTRACT: The text reports the experience of Project Rescue, which is a proposal of microfilming of the documentation on Brazil existing in foreign files, including the Oversea Historical File. This experience enables reflections on the relationship between History and Informatics, on the meaning of computerization of documentation for the historian's work.

KEYWORDS: Project Rescue. Oversea Historical File. Informatics.

¹ Intervenção oral no IX Encontro de História e Informática, promovido pela Sociedade Brasileira de Informática e pela Universidade Federal de Uberlândia, no período de 26 a 28 de maio de 1999. A transcrição é de Luciano Carneiro Alves, com revisão da Prof^a Dra. Heloisa Pacheco Cardoso, do Departamento de História da UFU.

² Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG.

Minha intervenção nesta mesa-redonda reveste-se de um cunho essencialmente descritivo. Confesso minha dificuldade em superar o tom coloquial e confessional que a caracteriza. Afinal, estarei falando de uma atividade que, tendo sido, desde sempre, uma ambição (e não apenas minha), absorve a maior parte de meu tempo, e – por que negar? – à qual tenho dedicado parte substantiva das minhas emoções, pelo menos nos últimos dez anos.

Refiro-me ao trabalho de tratamento técnico da documentação manuscrita avulsa respeitante ao Brasil existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa. Embora cronologicamente esse trabalho tenha se iniciado bem antes, na atualidade ele se apresenta sob a égide do *Projeto Resgate* e é desenvolvido no âmbito do Ministério da Cultura do Brasil.

Na realidade, a proposta não é nova nem original. Ao contrário, ela emerge com o advento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e, desde então, vinha sendo cultivada e implementada de forma assistemática e, sobretudo, sem que dela adviessem resultados compatíveis com a magnitude do empreendimento. Se no século passado, particularmente quando mereceram o mecenático apoio do imperador Dom Pedro II, tais ações tiveram certa regularidade, até muito recentemente o produto delas resultante ficava sempre aquém do desejado, sem embargo do louvável e denodado esforço de historiadores, arquivistas e do pessoal técnico que a ele se entregaram ao longo do tempo.

Concretamente, o trabalho ao qual estou me referindo pretende ter como produto final o depósito, em instituições de pesquisa brasileiras, da reprodução microfílmica do acervo documental mencionado no início desta minha fala.

Como se sabe, o Arquivo Histórico Ultramarino instalado, desde 1931, em uma casa senhorial na aprazível região de Belém, em Lisboa, em uma sugestiva Calçada da Boa-Hora, é o celeiro, ou melhor, é o manancial mais rico para consulta à documentação relativa a todas as ex-colônias portuguesas. Sem esquecer que é lá também que está abrigada uma considerável massa documental concernente a Macau, a última das colônias lusitanas que, no próximo mês de dezembro, estará incorporada politicamente à China. Com esse fato, esboroa-se de vez o outrora amplo e decantado império colonial português.

Significa dizer, então, aqueles que se interessarem por estudar ou consultar a documentação das ex-colônias portuguesas, prioritariamente devem-se dirigir ao “Ultramarino”, denominação pela qual aquele arquivo é tratado no jargão de seus usuários. Ali, se fracionarmos o acervo pelas referidas ex-colônias, o Brasil, não obstante ter sido a primeira delas a se libertar, possui o universo documental avulso mais vasto. São documentos que, vindos das últimas décadas do século XVI, atingem o período pós-independente, chegando, em alguns casos, a meados do século passado.

A origem ou procedência do acervo são os documentos que, em outros tempos, constituíram principalmente (mas não só) os fundos arquivísticos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. No que concerne a nosso país, sem embargo das centenas de *códices*, que também nos dizem respeito, o acervo em questão estava armazenado em aproximadamente 2.300 “caixas”, ou seja, em espécies de gavetas de folha de flandres, cada uma delas contendo, em altura, de 15 a 20 centímetros de documentos, permitindo conjeturar-se um montante em torno de 300.000 peças documentais, algumas delas extremamente alentadas.

Ao longo do tempo, esse acervo não mereceu tratamento técnico adequado. Com arbitrariedade e sem se levar em conta a fidelidade à divisão administrativa vigente no período colonial brasileiro, definiu-se que tal documentação estivesse distribuída por 20 capitânicas distintas. Ora, para ficarmos apenas em um exemplo, o critério adotado fez com que fossem compostas “séries” documentais que, ao colidirem com a realidade histórica, obrigam o consulente a buscar as fontes de que necessita no acervo de várias capitânicas. Mas, deixemos esses detalhes de lado, embora eles sejam importantes de se ter em mente quando se vai debruçar sobre o universo arquivístico aqui considerado.³

³ É certo que, no passado, parte desses fundos mereceram louváveis trabalhos de leitura paleográfica e de sistematização de dados. Dentre outros, citam-se aqueles realizados por Eduardo CASTRO E ALMEIDA (*Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar*

Em princípio e à primeira vista, o acervo indicava estar armazenado de acordo com a ordem cronológica dos documentos. Repito, apenas em princípio e à primeira vista. Na prática, a caixa nº 1 referente a uma determinada capitania tanto continha documentos de datas mais remotas como de mais recentes. O mesmo sucedia com as demais caixas. Por conseguinte, tornava-se necessária a consulta ao conjunto das unidades de instalação depositárias da documentação de interesse do pesquisador.

Como se não bastasse, e talvez por falta de critério no armazenamento dos documentos no interior das caixas, era frequente que, tendo uma dessas fontes sido solicitada na “sala de leitura” ou pelo setor de microfilmagem do arquivo, ao ser reinserida nas ditas caixas, ela não retornasse indispensavelmente para o local de origem. Além disso, a fonte poderia ainda ser introduzida em uma outra caixa e, no limite, até mesmo em caixa pertencente ao acervo de outra capitania.

A propósito, permitam-me dar-lhes um testemunho. No ano de 1972, ocasião em que frequentei, pela primeira vez, durante seis meses, o “Ultramariano”, a documentação avulsa sobre Minas Gerais estava recolhida em 130 caixas. Anos depois, esse número já se ampliara para 143. Finalmente, em 1989, quando iniciamos o tratamento técnico desse acervo, o total atingira 152 caixas. Saliento que, nesse espaço de tempo, não houve nenhuma incorporação de fontes àquele fundo. O que ocorreu é

de Lisboa. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v.31, p.1-653; v.32, p.1-745; v.34, p.1-644; v.36, p.1-665; v.37, p.1-668; v.39, p.1-653; v.46, p.1-672; v.50, p.5-658; v.71, p.337-355, 1913/1951. Apesar do título, este trabalho abrange apenas parte da documentação de apenas duas das capitânicas: a da Bahia (v.31, 32, 34, 36 e 37) e a do Rio de Janeiro (v.39, 46 e 50). No volume 71, encontram-se os índices); e por LUÍSA DA FONSECA (*Bahia: índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa*. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1, 1950. Salvador, Anais... Salvador, 1950, t.2, p.7-353); ou ainda que foram objeto de consideração especial por força da celebração de convênios ou da contratação de serviços (*Catálogo dos documentos sobre a História de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1956-1959. 15 t.).

simples: não tendo, em tese, lugar certo no interior das caixas, não havia razão substantiva para se condenar essa verdadeira e malbaratada migração de documentos.

Arigor, no entanto, tal comportamento tinha sérias implicações, dentre as quais poderia lembrar as seguintes, sem preocupação de hierarquizá-las pela importância ou pela dimensão de seus reflexos. Em primeiro lugar, com frequência ocorria que um documento, tendo sido referenciado por determinado autor, através de uma cota, caso viesse a ser solicitado posteriormente para consulta *in loco* ou para reprodução microfilmica, dificilmente era recuperado na unidade de instalação a que pertencera. Em segundo lugar, cumpre esclarecer que, em geral, o que venho denominando de documentos não são propriamente peças únicas, contendo uma ou mais páginas manuscritas. Com efeito, o acervo em questão compõe-se de *dossiês*, posto que, em se tratando de fontes históricas de natureza essencialmente político-administrativa da rotina burocrática do império colonial português, ele, quase sempre, engloba vários documentos, como se fosse um “processo”, no sentido jurídico-formal do termo.

O que se observa, é que, com o passar dos anos, quanto mais compulsados foram esses *dossiês*, mais risco se correu de que eles tenham sido literalmente destrinchados. Assim, por exemplo, algumas cópias de documentos, que davam respaldo ou suporte a pleitos pessoais, como certidões e traslados, desgarrando-se dos demais ao autonomizarem-se, impediam que o *status quo ante* dos *dossiês* pudesse se reconstituir, comprometendo seriamente a análise e a percepção dos conteúdos exarados nos chamados documentos-matrizes ou geradores.

Não sendo possível a reconstituição dos processos (*dossiês*), a decorrência é óbvia: os catálogos que vêm sendo gerados ou que futuramente o forem hão de conter erros clamorosos e primários, do ponto de vista das normas técnicas arquivísticas. É nessa dimensão que documentos que simplesmente se constituíam em provas ou que davam respaldo para certos requerimentos ou despachos, ao serem destacados de seu processo primitivo, ganharam foros de peças documentais avulsas e distintas.

Em linhas gerais, e para não me alongar em demasia na descrição desse panorama tão próximo do caos arquivístico, era esse o quadro que desafiava a paciência dos numerosos consulentes do “Ultramarino” até há bem pouco tempo. E, assim, – e já era hora – chego à razão central do meu depoimento e à justificativa do trabalho de que venho participando, ou seja, como afirmado, passo a falar-lhes sobre o tratamento técnico da documentação em causa.

O trabalho consiste em várias fases: a identificação dos documentos, sua descrição crônica e tópica, até se chegar à cotação (numeração sistemática) e a reinserção dos documentos, agora definitiva, nas unidades de instalação. Em simultâneo, procura-se fazer a reintegração ou a junção das peças, de modo que a cada “capilha” corresponda um *dossiê* ou um processo, na acepção técnico-administrativa do termo.

Como se pode imaginar, a tarefa mais árdua e complexa é a leitura paleográfica de cada um dos *dossiês*, a fim de se redigir um verbete-sumário sobre o conteúdo dos processos. A partir daí, vai-se, gradativamente, compondo o catálogo/inventário da documentação, o que, por sua vez, permitirá transformar cada um desses verbetes em sinalética, ou seja, em uma espécie de rodapé para os fotogramas produzidos durante o posterior trabalho de microfilmagem do acervo.

A documentação respeitante a Minas Gerais, que compreende cerca de 10% do total da massa de documentos relativos à América portuguesa, depositados no arquivo aqui focalizado, foi a primeira a merecer o aludido tratamento técnico, através de uma equipe multidisciplinar e plurinacional que tive a ventura e o prazer de coordenar, no fim dos anos 1980. O resultado desse trabalho acaba de ser publicado.⁴ A saber, também, que, na sua forma original, esse trabalho proporcionou a microfilmagem do

⁴ BOSCHI, Caio C., Coord. *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no AHU (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 3. Os microfilmes em tela já foram digitalizados e se encontram reproduzidos em 54 CD-Rom. Disponíveis para consulta ou para aquisição, através da Coordenação Técnica do *Projeto Resgate*.

referido conjunto de documentos, abrangendo um total de 174 rolos de microfimes.

Estimulado pelas próximas celebrações do quinto centenário da chegada dos portugueses à América do Sul, o Ministério da Cultura do Brasil criou e vem implementando o *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Embora seu propósito não se restrinja às instituições arquivísticas de Portugal, é através desse hercúleo esforço que todo o acervo do “Ultramarino” relativo ao Brasil vem sendo organizado nos moldes e a partir da experiência do trabalho realizado para a capitania de Minas Gerais.

Na verdade, o que o *Projeto Resgate* objetiva é a microfilmagem da documentação respeitante ao Brasil existente nesse e em muitos outros arquivos estrangeiros. Como premissa básica, o projeto visa democratizar o acesso a fontes históricas que, até então, eram objeto de estudo daqueles poucos (e privilegiados) que podiam se deslocar, por períodos de permanência nem sempre prolongados, a Lisboa ou a outras cidades europeias.

Voltando à narrativa sobre as etapas de desenvolvimento do nosso trabalho, diria que, uma vez realizada a operação de microfilmagem, três cópias de cada conjunto documental estão sendo trazidas para o Brasil. Um conjunto dos microfimes fica depositado no Arquivo Nacional, outro é entregue à Biblioteca Nacional, ambos, como se sabe, sediados na cidade do Rio de Janeiro. Uma terceira cópia é oferecida pelo Ministério da Cultura ao arquivo público da unidade de federação a que corresponda historicamente à capitania que é objeto do trabalho. Nesse último caso, pode ocorrer que os microfimes sejam confiados não ao dito arquivo, mas, sim, a uma instituição de ensino e/ou de pesquisa que seja melhor equipada e que disponha de condições mais adequadas para a manutenção e conservação de acervos microfílmicos.

O ciclo do trabalho fecha-se com a digitalização, sob a forma de CD-ROM, desses conjuntos de microfimes. Por esse instrumento, que está sendo doado a instituições de ensino e de pesquisa e também comercializado, o pesquisador pode ter em sua casa, ou no seu gabinete de trabalho, uma condição de

leitura que, na maioria das vezes, a própria consulta aos originais da documentação não oferece. Para ficar em um único exemplo dessa condição favorável, bastaria salientar que os recursos técnicos da informática propiciam uma leitura documental com um grau de legibilidade infinitamente superior à leitura direta na fonte.

Até o presente momento, eu estimaria que sessenta ou mais por cento do trabalho de tratamento técnico já se encontra concluído. Para além de Minas Gerais, algumas capitanias já tiveram publicados os catálogos/inventários de seus respectivos acervos do “Ultramarino” (Espírito Santo, Mato Grosso, Ceará e Sergipe, dentre outras). Várias delas já têm seus documentos microfilmados e disponibilizados para consulta nas instituições brasileiras a que me referi. Sem falar, é claro, que algumas dessas coleções de microfilmes já foram também transpostas para a forma de CD-ROM. Se não estou em erro, até agora, sem mencionar as cópias microfílmicas, sete ex-capitanias já têm sua documentação reproduzida em CD-ROM, a saber: Minas Gerais (54 disquetes), Sergipe (2), Espírito Santo (2), Ceará (3), Bahia/Castro e Almeida (25), Bahia/Luísa da Fonseca (6) e Mato Grosso (6). Somam-se a estes, microfilmes e os correspondentes CD-ROM referentes aos preciosos e importantes *códices*, também pertencentes ao acervo do AHU, com particular destaque para aqueles que compreendem as *consultas* do Conselho Ultramarino.

O cronograma vem sendo cumprido à risca, permitindo-nos pressupor que, para nossa satisfação, até o final do ano 2000, no que se refere ao acervo do “Ultramarino”, essa gigantesca operação estará completamente concluída.

Cumprir, ademais, que cada um desses conjuntos vem sendo integrado a uma base de dados informáticos, a fim de que, no futuro, quando todos os catálogos estiverem prontos, possa-se realizar o “cruzamento” das informações contidas na documentação inventariada. Só aí, serão possíveis pesquisas mais abrangentes e confiáveis, pois a circularidade das autoridades, a imprecisão na grafia da toponímia, a pluralidade de partes e de pessoas envolvidas e citadas nos documentos são alguns dos fatores que, atualmente, por vezes, impedem uma compreensão histórica fidedigna ou completa. Assim, por exemplo, cito aqui a

tarifa à qual venho dedicando-me nos últimos tempos, não há por que analisar a documentação referente à capitania do Rio Negro (atual Amazonas) em separado daquela alusiva à do Maranhão e à do Pará. Elas são absolutamente complementares entre si. No mínimo, porque, em vários momentos do período colonial, elas três congregavam-se em uma única unidade político-administrativa.

Em resumo, quero deixar claro que, todo esse trabalho, de um lado, não exclui a consulta direta do pesquisador aos documentos de seu interesse. Nunca é demasiado insistir que a sensação do contato direto com a fonte, tem um toque de insubstituíveis fruição e prazer tátil e psicológico. De outro lado, e isso é primordial que se entenda, com toda a estima que tenho pelo trabalho que acabo de descrever tão superficialmente e que muito me compraz é indispensável combater – de forma contundente – toda e qualquer tendência de se proceder à fetichização do documento histórico.

Além disso, por estarmos aqui reunidos em um simpósio que trata de *História e Informática*, não me parece ocioso ou indevido lembrar que esta última nada mais é do que um instrumento ou um veículo de racionalização, ou melhor, instrumento de otimização das condições de trabalho do historiador. Não é o próprio trabalho, tampouco, o que seria maior absurdo ainda, a própria História. Na tarefa que acabei de relatar, seria impensável levá-la a efeito sem a utilização massiva da Informática. Contudo, no fundo, o que se está produzindo são tão-somente instrumentos de trabalho e compilação de documentos.

Digo isso porque parece-me que há uma certa tendência a imaginar que, com o somatório das informações propiciadas pelas novas tecnologias, poderemos estar amortecendo algo que me parece fundamental: o exercício reflexivo sobre o documento. Sou da opinião de que essa postura não é original nem exclusividade minha. Começa-se a *fazer história* exatamente quando nos *descolamos* do documento, isto é, quando *ultrapassamos* o documento. A questão, portanto, poderia ser assim sintetizada: todo e qualquer discurso da informática associado à história, privilegiando o documento, pode estar relegando a segundo plano aquilo que me parece ser o cerne da produção historiográfica, a essência do *fazer história*.

Por conseguinte, a busca do dado em si, como se a informatização pudesse vir a ser imprescindível para a História, não me agrada. Eu vou sempre insistir que, por maior apelo que a informática tenha, não é possível perder de vista que, no caso específico relatado, foi e tem sido mera forma de possibilitar o armazenamento de dados, de facilitação de acesso, de democratização de oportunidades. Não é o conhecimento histórico. E o que é grave pode estar, em determinadas circunstâncias, neutralizando a problematização não só sobre os dados, mas, o que é tão grave quanto, obstaculizando a discussão em torno da formação do historiador.

Mas, em que medida? Porque tal associação pode estar rechaçando o aluno dos nossos cursos de graduação em História e até mesmo o historiador a desenvolver aquilo que acredito ser essencial para tal formação, que é a nossa capacidade de problematizar, a capacidade de pensar a História criticamente, a condição do historiador de se permitir vivenciar a chamada “tempestade cerebral”. Ou seja, experimentar aquela inquietação que nos assalta a todos que começamos a elaborar a mais elementar das monografias ou supostos textos mais reflexivos e depurados cientificamente.

Minhas últimas palavras virão carregadas de tom provocatório. Avalio que, no caso da atual historiografia brasileira, estamos muito voltados para a Micro-História. Ora, se a informática proporciona, basicamente, a aglomeração de dados, se ela facilita tratar *de e com* grandes volumes e massas documentais, eu não sinto, na nossa historiografia de hoje, como essas séries ou os grandes agrupamentos de dados estejam sendo aproveitados na produção, por exemplo, da História Econômica. Eu não vejo a informática ser utilizada na abordagem de temas essenciais da História Social. Não a vejo, também, se quisermos ir para um outro campo, na produção científica da História Político-Institucional.

Será que não estaremos castrando ou barrando aos futuros historiadores a necessária ousadia da interrogação sobre a realidade em que vivemos, arrefecendo neles a inquietação que deve ser a base de qualquer investigação científica? Será que essa obseção pela informática não seria mais uma forma perversa

de se ideologizar a História, apacando o esforço crítico e reflexivo, distanciando o estudante de História das questões nevrálgicas relativas à epistemologia, à ontologia da História e à teoria da História? Parece-me, e gostaria de estar errado, que esse tipo de questionamento, vale dizer, que essa reclamada problematização da História, encontra-se bastante esmaecida no aprendizado do *métier d'historien*. Não estaríamos sendo conduzidos a uma dependência acrítica e ao uso indiscriminado, pouco consciente, da Informática?

Creiam-me: não me vejo como “o velho do Restelo” camoneano. Não quero atribuir à informática malefícios que ela não traz consigo, mas não tenho reservas em afirmar que muito me inquieta constatar que a produção do saber histórico enquanto tal, tem sido em grande parte, desprezada pela historiografia brasileira, que já é carente de uma tradição em abstrações e em reflexões teóricas. E, insisto, e com isto finalizo, a utilização acrítica dos instrumentos tecnológicos virtuais alimenta esse traço pouco lisonjeiro para nossa comunidade de estudantes e de estudiosos da História. Muito obrigado pela atenção.